	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

<b>EDITAL DE LICITAÇÃO</b> <b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2024</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2024/CMFJ</b>	
<b>OBJETO:</b>	Registro de Preços para Contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de material de consumo (limpeza, higiene, gêneros alimentícios, escritório e expediente e diversos), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Feijó/AC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
<p><b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b> dia 16 de julho de 2024 início às 10h:00min (horário de Brasília).</p> <p><b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO/FECHADO</p> <p><b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b> para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.</p> <p><b>NÃO HAVENDO EXPEDIENTE NA DATA SUPRACITADA, O CREDENCIAMENTO E A ABERTURA DA SESSÃO FICARÃO PRORROGADOS PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NO MESMO HORÁRIO.</b></p>	
<b>LOCAL DA SESSÃO/ SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:</b>	www.licitanet.com.br "Login"
<b>CONSULTAS AO EDITAL:</b>	no endereço eletrônico: <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a> <a href="http://sistemas.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/">http://sistemas.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes/</a> , e-mail: <a href="mailto:camarafeijo@gmail.com">camarafeijo@gmail.com</a> e <a href="https://www.feijo.ac.leg.br/">https://www.feijo.ac.leg.br/</a> , ou Sede da Câmara Municipal de Feijó, no endereço Avenida Marechal Deodoro, nº 1338 – Centro – Feijó/AC, e-mail: <a href="mailto:camarafeijo@gmail.com">camarafeijo@gmail.com</a> .
<b>ESCLARECIMENTOS:</b>	Pelo e-mail: <a href="mailto:camarafeijo@gmail.com">camarafeijo@gmail.com</a> e <a href="https://www.feijo.ac.leg.br/">https://www.feijo.ac.leg.br/</a> . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, na CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ.
<b>PREGOEIRO(A):</b>	Antônio Elenilton Silva Braga
<b>EQUIPE DE APOIO:</b>	Cilene do Nascimento Dias e Maria Lecelia Freitas Mourão.



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº.: 001/2024**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 102/2024**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO E**  
**FECHADO**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1 PREÂMBULO:** A CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ Nº 04.010.237/0001-04, com sede na Cidade de Feijó – AC, CEP: 69.960-000, neste ato representado pela Presidente, Sr<sup>a</sup>. Berlândia de Souza Lima, inscrito no CPF Nº 752.217.212-87, residente e domiciliado na Rua Francisco Ambrósio Taveira, nº 20, Bairro: Nair Araújo, CEP: 69.960-000, na Cidade de Feijó/AC, vem através de seu Pregoeiro Sr<sup>o</sup>. Antônio Elenilton Silva Braga, designado pela Portaria nº **001/2024**, tornar público para conhecimentos dos interessados, de acordo com a legislação em vigor, que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR POR ITEM**, tendo por finalidade o “**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC**”. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida neste Processo Administrativo. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/> e/ou <https://www.feijo.ac.leg.br/>.

**1.1.1 A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:**

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 16/07/2024 – Horário: 10h:00min (Horário de Brasília)**

**As propostas poderão ser enviadas até a data e horário limite da Abertura da Sessão.**

**Valor estimado: R\$ 302.206,50 (trezentos e dois mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos).**

**LOCAL: <https://licitanet.com.br>**



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**Pregoeiro/Agente de Contratação (a): Antônio Elenilton Silva Braga**

**1.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**1.3** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

**1.4 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.4.1** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 102/2024** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**1.4.2** Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.


**1.4.3** Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas Licitantes, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens.

**2 DO OBJETO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO.**

**2.1 OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC.**

**2.2. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**2.1.1** A contratada DEVERÁ ENTREGAR os materiais especificados neste Termo de Referência na CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ, LOCALIZADO NA AVENIDA MARECHAL DEODORO, Nº.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

1338, CENTRO, CEP: 69.960-000, FEIJÓ-ACRE, DURANTE OS DIAS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA NO HORÁRIO DAS 07H ÀS 13H.

**2.1.2** A Contratada fica obrogada a fazer a entrega em estrita conformidade com o disposto na Ordem de Entrega e Nota de Empenho e/ou outro instrumento hábil, no prazo de máximo 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento formal do respectivo documento.

**2.1.3** O recebimento ficará sob a responsabilidade da Câmara Municipal, que receberá **provisoriamente e definitivamente** em cumprimento das formalidades legais assinando a nota fiscal/fatura tudo de acordo com o previsto no Termo de Referência.

## **2.2 JUSTIFICATIVA PARA O REGISTRO DE PREÇO (SRP)**

2.3.1. A realização deste procedimento licitatório na forma registro de preços com o objetivo de formalizar Ata de Registro de Preços, para que não seja necessário realizar-se outro processo licitatório para contratação deste serviço quando precisarmos do serviço para novas demandas que estão pretensas a surgir. Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. Assim, buscamos enquadramento no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, artigo 3º:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;


III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

2.3.2. Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Dec. nº 11.462/23: necessidade de contratações frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.3.3. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, o objeto pode ser licitado, pela SRP visto que se adequa às

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, art. 82 a 86 incluindo seus artigos e incisos e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, artigo 3º.

### **3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.2** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via e-mail através do endereço: [camarafeijo@gmail.com](mailto:camarafeijo@gmail.com), ou através da plataforma do **licitanet** dentro do campo próprio (ao transmitir via e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de Feijó/AC, no setor de Licitações no horário das 07h:00min às 13h:00min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, na Av. Marechal Deodoro, 1338, Centro, Feijó/AC.

**3.2.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 164, Parágrafo Único da Lei 14.133/21.

**3.2.2** A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada, preferencialmente, através do campo próprio do sistema eletrônico do site, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro e via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda Acolhida a impugnação contra este Edital que afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**3.2.3** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nos termos do Art. 164, Parágrafo Único.

**3.2.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**3.2.5** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame. Art. 164, Parágrafo único, da Lei 14.133/21

**3.2.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro, nos autos do processo de licitação, conforme § 2º, do artigo 16, da IN SEGES nº 73/2022.

**3.2.7** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos às licitantes que tenham adquirido o Edital.

**3.2.8 ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**3.2.9 NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

**3.2.10 ERRATA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

**3.2.11 AVISO DE REABERTURA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.

**3.2.12** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), opção “**licitação**”, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

#### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar desta Licitação, **os interessados que estiverem regularmente estabelecidos no País**, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.

**4.1.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário **IMPEDIMENTO** da proponente, no referido certame.

**4.2.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

**4.3.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**4.4.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**4.4.1.** Para tais efeitos será sempre interpretado que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**4.5. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:**

**4.5.1.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados no Sistema de Licitações Online, por meio do



site <https://licitanet.com.br/>;

**4.5.2.** As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**4.5.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>;

**4.5.4.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

Plano Avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 377,00	R\$ 557,00

**4.5.5.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.5.6.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, nem a Câmara Municipal de Feijó, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**4.5.7.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.5.8.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### **4.6 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

**4.6.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

**4.6.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**4.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.8** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.6.9** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7** O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.


**4.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.10** O disposto nos itens **4.6.2** e **4.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea



	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>	<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
--	--	--

nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.12** A vedação de que trata o item **4.6.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

**5.1.** Neste processo no Lote I os itens 1 ao 30, Lote II os itens de 31 a 57, Lote III 58 a 85 e Lote IV os itens 86 a 100, serão exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**5.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**5.3.** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06 (versão atualizada).

**5.4.** No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123 (versão atualizada) e que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**5.5.** Relativamente aos artigos 3º, 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (versão atualizada) que tratam do enquadramento e habilitação, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da empresa, a licitante deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos.

**5.6.** O favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar permite à licitante entregar a documentação que contenha possível restrição, devidamente sanadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais cinco dias, quando for o caso, para efeito de assinatura de contrato.

**5.7.** Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

**5.8.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 3.º, §4.º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**5.8.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.8.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

exterior;

**5.8.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

**5.8.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

**5.8.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

**5.8.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**5.8.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**5.8.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.8.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

**5.8.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.


**5.9.** O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (versão atualizada).

**5.10.** A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

**6. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014.**

**6.1** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

**6.2** No ato do cadastramento no sistema <https://licitanet.com.br/>, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa está apta a usufruir do

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>	<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
--	--	--

tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**6.3** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na LC nº 123, de 2006, mesmo que a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

## 7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

**7.1** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da **proposta e documentos de habilitação**, a partir da data da liberação do Edital no site <https://licitanet.com.br/>, até a abertura do certame, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**7.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

**7.3** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, as Licitantes deverão REGISTRAR suas propostas de preços, no campo próprio do sistema, incluindo marca, modelo, quantidade e o preço (conforme solicitado), até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.

**7.4** As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

**7.5** Caso seja identificada pelo Pregoeiro qualquer menção de marca, que leve a **IDENTIFICAÇÃO da proponente, a proposta poderá ser DESCLASSIFICADA antes ou posterior à fase de lances.**

**7.6** Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.7** A proposta inserida, seus lances, bem como a proposta impressa protocolada (caso solicitada) será considerada pela Administração com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação e caso não seja expressa outra validade pelo licitante, será considerado com anuência intrínseca do proponente.

**7.8** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto ou quaisquer outras condições descritas **no sistema Licitanet e as especificações constantes no MODELO DE CARTA PROPOSTA e EDITAL**, prevalecerão às duas últimas.



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**7.9** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

## **8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, da sessão pública virtual, o detentor da melhor oferta deverá encaminhar os **documentos de habilitação exigidos no edital e Proposta de Preços devidamente ajustada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, sob pena de desclassificação da empresa, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos.** quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**8.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**8.3** **Até o prazo limite para envio dos documentos, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;**

**8.4** Após encerrado o prazo para o envio dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, Art. 39. § 4º IN SEGES nº 73/2022.

**8.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.


**8.6** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

**8.9** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>	<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
--	--	--

apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

## **9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

**9.1** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de “**MENOR PREÇO POR ITEM**” observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**9.2** O desconto ofertado no lance deverá ser aplicado proporcionalmente a todos os itens da planilha.

## **10. DO MODO DE DISPUTA**

**10.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO E FECHADO** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.


**10.5.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro/agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.**

**11.1.** A partir da data e horário previstos e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o pregoeiro/agente de contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no EDITAL.

**11.2.** O pregoeiro/agente de contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**11.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

**11.3.** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ a proposta.**

**11.3.1.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de julgamento.

**11.3.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.3.3.** A proposta de preços será considerada manifestadamente inexequível, conforme previsto no art. 34 da IN 73/22.

**11.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.5.** Será desclassificada a proposta que identifique os licitantes.

**11.6.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site: <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

**11.7.** O pregoeiro/agente de contratação e sua equipe de apoio classificarão o licitante autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos em até 10% (dez por cento), superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, conforme disposto no art. 25 da IN nº 73/2022.

**11.7.1.** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado pelo valor total, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**11.7.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$) ou PERCENTUAL de desconto, com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.**

**11.8.** A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” serão feitos pelo pregoeiro/agente de contratação, a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema “Licitanet”, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.





**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**11.9.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**11.9.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (um por cento)**.

**11.10.** A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

**11.11.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**11.12.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**11.13.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro/agente de contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**11.13.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

**11.13.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor manifestamente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCCLASSIFICADA** na fase de julgamento;

**11.14.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**11.14.1.** O pregoeiro/agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;


**11.14.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

**11.15.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de **01 (um) a 15 (quinze) minutos**, determinado pelo pregoeiro/agente de contratação, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico.

**11.16.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**11.17.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**11.18.** Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA LICITANET;**

**11.19. Se houver duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos:**


- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, Art. 60 inciso I da lei 14.133/2021.
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; Art. 60 inciso II da lei 14.133/2021.
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2024) Vigência, Art. 60 inciso III da lei 14.133/2021
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. Art. 60 inciso IV da lei 14.133/2021
- e) no País;
- f) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- g) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: Art.60 § 1º da lei 14.133/2021
- h) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- i) empresas brasileiras;
- j) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- k) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.**

**11.20.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**11.21.** Nos casos em que o sistema Licitanet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**12.1.** Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema licitanet, devendo o pregoeiro/agente de contratação examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Departamento de

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

Compras, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no máximo 02 (duas) casas decimais;

**12.1.1.** O Pregoeiro/agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**12.1.2.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro/agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**12.1.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.2.** Serão realizadas, sem interrupções, tantas rodadas de negociação forem necessárias para obtenção do melhor preço para a administração através do “chat mensagem” do sistema, podendo o Pregoeiro/agente de contratação determinar ao representante, prazo máximo de 05 (cinco) minutos para resposta do chat, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.

**12.3.** Caso a licitante não negocie o valor proposto, através do CHAT MENSAGEM, no prazo de 05 (cinco minutos), o Pregoeiro/agente de contratação poderá desclassificar a licitante no item, cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, valores apurados pelo Departamento de Compras do Município.

### **13. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA, DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR.**

**13.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.


**13.2.** Poderá ser desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme previsto no art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021.

**13.2.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**13.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**13.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**13.5.** Após o encerramento da etapa de lances a licitante melhor classificada será convocada para o envio da proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, e documentações complementares (caso necessário), estes que deverão ser enviados no prazo máximo de 02 (duas) horas, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

### **DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO (IN 73/2022);**

**13.6.** A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas neste Edital.

**13.6.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA LICITANET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word., Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO;**

**13.6.1.1. O PREGOEIRO CONVOCARÁ SOMENTE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA LICITANET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**13.6.2.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**13.7.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**13.8.** Considerando que o sistema Licitanet, tem a opção de que a licitante melhor classificada realize a assinatura eletrônica de sua proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, caso a licitante opte por assinar a proposta por meio do sistema, será dispensado o envio por meio de anexo.

**13.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.10.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**13.11.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**13.12.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$) ou percentual de desconto (%), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

**13.13.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**14. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Concluída a fase de JULGAMENTO da(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, a pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**14.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

**14.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**14.1.3.** SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

**14.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.1.5.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, da IN 03/2018).

**14.1.6.** A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, § 1º da IN 03/2018).

**14.1.7.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. (art. 29, § 2º da IN 03/2018).

**14.1.8.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.1.9.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**14.1.10.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.7 deste edital.

**14.1.11.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73/ 2022.

**14.1.12.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**14.1.13.** contiver vícios insanáveis;

**14.1.14.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**14.1.15.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**14.1.16.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**14.1.17.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**14.1.18.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**14.1.19.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**14.1.20.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**14.1.21.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **15. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**15.1** As propostas de preços deverão ser apresentadas de forma arquivo eletrônico ou digitalizada, em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinadas na última, pelo responsável ou procurador da licitante, contendo as condições exigidas nos subitens abaixo, sob pena de desclassificação.

**15.2** As propostas de preços deverão conter as seguintes informações

**15.2.1** Dados da Empresa: Razão Social e CNPJ, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG, e cargo na empresa; e ainda as informações bancárias (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento);

**15.2.2** Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

**15.2.3** Descrição detalhada do objeto e demais condições conforme o Termo de Referência, ANEXO I;


**15.2.4 Prazo para execução dos serviços: Conforme especificações no termo de referência.**

**15.2.5** Preço unitário e cálculo total de cada item, em algarismos arábicos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$) ou percentual de desconto (%), com no máximo 02 (duas) casas decimais (para esquerda ou para direita), **conforme §2º e §5º do Art 1º da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1995 e, o princípio da economicidade (Art 70 da CF/88)**, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital;

**15.2.5.1** No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

**15.2.5.2** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**15.3** O cadastramento e posterior envio da proposta de preços e lances, bem como a concordância na fase de negociação, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**15.4** A unidade requisitante PODERÁ a qualquer tempo, solicitar documentos complementares para melhor comprovação da especificação dos itens ofertados, sendo que para isso as empresas serão CONVOCADAS formalmente pelo sistema, em prazo determinado pelo pregoeiro para o encaminhamento.

**15.5** O não envio da proposta de preços (se convocada) ou a não manutenção do último lance/proposta classificada, ensejará à licitante as sanções previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão.

**15.6** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

**15.7** A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto para envio das propostas.

**15.8** Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo pregoeiro, via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;


**15.9** O artigo 82, inciso IV da lei 14.133/2021, prevê a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

## **16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **16.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, no caso de sociedade civil,
- b) Documentos de identificação contendo **RG e CPF** do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- c) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (**RG e CPF**);
- d) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

#### **16.1.1. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------


- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Comprovante da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.
- f) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### **16.1.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 emitida pelo órgão competente, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 60 (Sessenta) dias caso não conste o prazo de validade;

##### **16.1.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis;**

- a) O documento acima devem estar devidamente assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá (ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário oficial.
- b) A qualificação econômica financeira das empresas recém-constituídas que não disponham do primeiro balanço patrimonial poderá ser comprovada através do termo de abertura do balanço e os balanços mensais para que sua situação financeira seja avaliada.
- c) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### 16.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1.3.1 Caput do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021:

16.1.3.2 Capacidade técnico-operacional, em nome da licitante fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação.

16.1.3.3 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei Federal nº 14.133/2021.


16.1.3.4 A empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis

### 16.2 DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;
- b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV) – sem os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, ou Anexo III.2 – com os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, observado o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21;
- c) Declaração Anticorrupção (anexo V).
- d) Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz;
- f) Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa;

**Obs.1: As Declarações poderão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.**

**Obs.2: Considerando que no momento do cadastro da proposta e envio dos documentos de habilitação no sistema Licitanet, a licitante declara que está de acordo com todas as normas deste edital e legislações pertinentes, caso a licitante realize a assinatura eletrônica, será**

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**dispensado o envio da declaração por meio de anexo.**

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**17.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

**17.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**17.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**17.5.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**17.6.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**17.7.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**17.8.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/21, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**17.9.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**17.10.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.11.** Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante;

**17.12.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3(três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**17.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.14.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.15.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.licitanet.com.br> ou no portal transparência da Câmara de Feijó/AC.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

18.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

18.4 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

18.5 A Adjudicação e homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/2021.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1 As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

**19.2.** A Câmara de Feijó não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. As despesas orçamentárias decorrentes da contratação estão previstas no Exercício de 2024, sendo a seguinte:

Câmara Municipal de Feijó

Órgão: 001 Poder Legislativo de Feijó

Projeto de atividade: 001 – Manutenção da Câmara Municipal de Feijó

Elemento de despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo


Unidade: 01 – Câmara Municipal de Feijó

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**21.1.** Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**21.2.** Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**22.1.** Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**22.2.** Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

### **23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**23.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**23.2** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**23.3** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**23.4** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**23.5** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**23.6** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**23.7** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**23.8** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**23.9** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**23.10** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**23.11** fraudar a licitação;

**23.12** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**23.13** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**23.14** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**23.15** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**23.16** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**24.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.


**24.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**24.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**24.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**24.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**24.7.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**24.8.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**24.9.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**24.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**24.11.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **25. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**25.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a partir da sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**25.2** Homologado o resultado da licitação, os adjudicatários serão convocados eletronicamente por meio do e-mail, para assinar a ata através do e-mail cadastrado na proposta. O responsável deverá assinar a ata, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**25.3** O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s)



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**25.4** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.

**25.5** Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura do contrato ou documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.

**25.6** Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame licitatório se exigirá a comprovação de poderes do subscritor da Ata de Registro de Preços para assinar em nome da contratada, se tal já não constar dos autos ou do credenciamento.

**25.7** O fornecimento dos materiais/prestação dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da contratante;

**25.8** O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**25.9** As demais condições referentes à Ata de Registro de Preços estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VI) deste Edital.

**26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**26.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**26.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**26.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**26.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.


**26.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**26.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**26.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**26.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**26.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**26.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **27. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

27.1. Conforme estipulado no artigo 25, §7º da Lei Federal nº 14.133/21, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

27.2. Após findo o prazo do contrato, se, aditivado o prazo, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

27.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

27.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

27.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**


28.1. A Câmara de Feijó se reserva no direito de:

28.1.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

28.1.2. Revogar por interesse da **Câmara Municipal de Feijó/AC** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao art. 71, II, da Lei 14.133/2021.

28.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

28.3. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

28.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

28.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Câmara Municipal de Feijó/AC.

28.7. Na contagem dos prazos deste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

28.8. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

28.9. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Câmara Municipal de Feijó, a finalidade e a segurança da contratação.

28.10. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

28.11. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.


28.12. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

28.13. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

28.14. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

28.15. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as condições constantes na Lei 14.133/2021, IN 73/2022, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

**28.16.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br> e alternativamente no site <https://www.feijo.ac.leg.br/>.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

28.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas através do e-mail: [camarafeijo@gmail.com](mailto:camarafeijo@gmail.com) ou na sede da Câmara Municipal.

## 29. FORO

29.1 O Foro da Comarca de Feijó, Estado do Acre fica eleito para solucionar as questões atinentes a esta licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 30. ANEXOS

30.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I:** TERMO DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II:** MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA;

**ANEXO III:** MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

**ANEXO IV:** MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP/MEI/

**ANEXO V:** MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO


**ANEXO VI:** MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**ANEXO VII:** MINUTA DE CONTRATO

Feijó – AC, 02 de julho de 2024.

---

**Maria Lecelia Freitas de Mourão**  
Agente de Contratação  
Portaria N° 01/2024

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO:**

**1.1** Contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo (material de escritório, gêneros alimentícios, material de limpeza/higiene e diversos), para atender as necessidades da câmara municipal de Feijó-Acre.


**2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1** A referida licitação se faz necessária, tendo em vista a necessidade de fornecimento de material de consumo, e será destinada a atender as necessidades da câmara municipal de Feijó, proporcionando apoio didático e pedagógico e auxiliando nas atividades diárias, para suprir as demandas de materiais de limpeza e de gêneros alimentícios da câmara municipal de Feijó-AC. Sendo o registro de preço o método mais eficaz para aquisição de grandes quantidades de produtos e serviços a serem utilizados de forma parcelado pela administração pública.


**3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS:**

<b>LOTE I – MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE</b>			
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>APRES.</b>	<b>QUANT.</b>
01	Papel A4 75g 210x297, alcalino, branco, caixa com 10 unidades, pacotes 500 folhas.	Caixa	60
02	Papel fotográfico Glossy Brilhante para impressões fotográficas à prova d'água e secagem instantânea. Tamanho A4 210x297mm. Densidade 150gramas com 50 folhas	Pacote	01
03	Envelope ofício A4 amarelo cor Ouro 24x34 cm	Unidade	300
04	Clipe grande nº 6/0	Caixa	50
05	Clipe médio nº3/0	Caixa	30
06	Clipe pequeno nº 2/0	Caixa	30
07	Caneta esferográfica de cor azul, corpo transparente hexagonal, ponta média de 1.00 mm, tampa ventilada. Cx. c/ 50 unid.	Caixa	30
08	Caneta esferográfica de cor preta, corpo transparente hexagonal, ponta média de 1.00 mm, tampa ventilada. Cx. c/ 50 unid.	Caixa	30
09	Lápis preto em madeira, nº 2, redondo Cx. c/ 64 unid.	Caixa	01
10	Grampo COBREADOS para grampeador 26/6 caixa c/ 500 unid.	Caixa	02
11	Fita adesiva transparente 48mm x 45m pacote de 05 unidades	Unidade	15




		<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>		FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____	
12	Fita dupla face transparente 24mm x 30m	Unidade	02		
13	Cola escolar branca líquida, a base de agua, não toxica, 90g, caixa c/ 12 unid.	Caixa	01		
14	Pasta para arquivo AZ. Cartão com espessura de 2mm, forrado com papel monolúcido 75g plastificado, Lombo largo: 80mm, Altura: 345mm.	Unidade	150		
15	Pasta arquivo Morto polionda; Medida: 290x175x380mm	Unidade	70		
16	Pincel marca texto c/ 12 unid.	Caixa	01		
17	Copo plástico descartável 180 ml c/50 pcts.	caixa	90		
18	Copo plástico para café 50 ml c/50 pcts.	Unidade	60		
19	Lâmpada fluorescente compactas 45w – 4unid	Unidade	30		
20	Pilha AAC/02	Cartela	20		
21	Pilha AAAC/02	Cartela	20		
22	Grampeador de Mesa G104 Preto, Dimensões do item C x L x A 12.8 x 5.8 x 3.9 centímetros	Unidade	05		
23	Carimbo tipo Color Printer 10 (área 2,6x0,9cm)	Unidade	10		
24	Carimbo tipo Color Printer 20 (área 3,8x1,4cm)	Unidade	01		
25	Carimbo tipo Color Printer 30 (área 4,7x1,8cm)	Unidade	01		
26	Carimbo tipo Color Printer 55 (área 7,6x3,7cm)	Unidade	01		
27	Tinta colorida 70ml para impressora marca Epson L395, cor amarela. similar ou compatível	Unidade	10		
28	Tinta colorida 70ml para impressa marca Epson L395, cor preta. similar ou compatível	Unidade	10		
29	Tinta colorida 70ml para impressa marca Epson L395, cor rosa. similar ou compatível	Unidade	10		
30	Tinta colorida 70ml para impressa marca Epson L395, cor azul. similar ou compatível	Unidade	10		

<b>LOTE II – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS</b>			
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>APRES.</b>	<b>QUANT.</b>

		<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>		FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
31	Leite em pó integral com cálcio 400g fardo c/24 unidades	Fardo	50	
32	Óleo de soja comestível cx. c/ 20 unidades	Caixa	02	
33	Manteiga com sal 500g	Unidade	10	
34	Achocolatado em pó; embalagem com 400 gramas. Rico em vitamina, fonte de cálcio, ferro e sais minerais. Cx c/ 12 unid.	Caixa	20	
35	Carne bovina em conserva cx. c/24 unidade	Caixa	20	
36	Sardinha c/óleo cx. c/24 unidade	caixa	10	
37	Açúcar cristalizado fardo c/30 unidade	Fardo	20	
38	Biscoito Salgado (quadrado ou redondo) c/ 30 pct 400g	caixa	15	
39	Biscoito doce tipo maizena 30 pct 400g	Caixa	15	
40	Café; torrado e moído, empacotado a vácuo, pct com 250g. caixa com 24 unidades	Caixa	30	
41	Arroz Agulhinha, Longo Fino, Polido, Tipo 1, Embalagem Primária plástica Longo E Fino; Grãos Inteiros; Com Teor De Umidade Máxima De 15%; Inseto De Sujidades E Materiais Estranhos; Acondicionado Em Saco Plástico; Contendo 1 Kg.	Fardo	05	
42	CARNE BOVINA COM OSSO DE 1ª; IN-NATURA (PÁ E AGULHA) Características: carne bovina de 1ª resfriada, de aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio; com ausência de sujidades, parasitas e larvas, sem gordura visível, ausente de cartilagens, sem aponeurose; inspecionada pelo Ministério da Agricultura. Embalada em saco plástico transparente COM PESO MÁXIMO DE 05 KG, etiquetada com validade, tipo de carne, quantidade, fornecedor e dados da empresa, orientação de conservação.	kg	120	
43	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1º - Sem gordura, sem osso, apresentando grau de maturação tal qual lhe permita suportar manipulação, transporte e conservação. Adequado ao consumo humano, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas	kg	100	
44	FARINHA DE MILHO FLOCADA 30X1 500G; DE 1ª QUALIDADE, COMPOSIÇÃO: FERRO, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B9, VALIDADE DE 6 MESES.	Fardo	08	
45	OVOS de galinha c/ 30 unidades por bandeja - íntegros, sem rachaduras, tamanho médio, branco, livre de sujidades, parasitas, fungos ou outras partículas que comprometeram o consumo e o armazenamento. Com 30 dúzias a caixa	Caixa	04	
46	FARINHA DE MANDIOCA - fina torrada, de primeira qualidade, seca, classe branca, tipo 1, isento de parasitas, sujidades e larvas. Paneiro com 18 kg	Paneiro	02	
47	LINGUIÇA tipo calabresa - produto cárneo industrializado, adicionado de tecido adiposo, temperos, embutido em envoltório natural ou artificial, e submetido ao processo tecnológico adequado. de carne suína que são submetidas ao processo de cozimento.	kg	50	

	<p align="center"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>		<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
48	SALSICHA - de carne bovina / Suína tipo hot-dog com no máximo de 2% de amido embalagem de 5kg.	Fardo	20
49	CREME DE LEITE; apresentando teor de matéria gorda de 25%; embalado em cx cartonada de 200 gramas. Caixa com 27 unid.	Caixa	08
50	SELETA DE LEGUMES: Ervilha reidratada, batata, cenoura, salmoura (água e sal) e estabilizante, 200G caixa c/24 unidades.	Caixa	05
51	Frango inteiro congelado; in-natura de 1ª qualidade, embalagem em filme de PVC ou saco plástico transparente com data de validade de 6 meses. Caixa com 12 unidades.	Caixa	04
52	Cuscuzzeiro 2 em 1 Numero 18 medindo de altura 20 (com tampa) 14 (sem tampa) x Largura 29 cm x Diâmetro 18 cm.	Unidades	02
53	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE: macarrão longo com ovos tipo espaguete, Pacote com 500g. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas e larvas e material estranho. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Fardo com 24 pacotes	Fardo	05
54	Extrato de tomate – tradicional e peneirado s/ sementes e corantes artificiais. Embalagem contendo 190g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. o produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. marca – nacional. Cx. c/ 16 unidades.	Caixa	03
55	Água mineral 500ml, cx c/ 12 unidades.	Caixa	60
56	Recarga de água mineral 20L – somente troca	Recarga	600
57	Vasilhame completo de 20L para água mineral: (garrafão+líquido)	Unid	30

<b>LOTE IIII – LIMPEZA/HIGIENE</b>			
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>APRES.</b>	<b>QUANT.</b>
58	Sabão em barra caixa c/10 Unidades de 1 kg	Caixa	02
59	Sabão em pó embalado em caixa. Caixa c/24 unidades de 500g	Caixa	04
60	Detergente líquido de 500 ml cx. c/24 unidades	Caixa	20
61	Desinfetante líquido de 500 ml cx. c/24 unidades	Caixa	30
62	Água sanitária 1L cx. c/12 unidades	Caixa	10
63	Álcool em gel 500 ml – cx. c/ 12 unidades	Caixa	05
64	Álcool 70 etílico cx. c/ 12 unidades	Caixa	06

	<p align="center"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>		<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
65	Espoja dupla face multiuso	Unidade	50
66	Esponja de aço fardo c/ 14 unidade	Fardo	04
67	Papel higiênico folha dupla, perfumada, fardo c/ 12x4, Material celulose virgem, cor branca.	Fardo	100
68	Saco plástico para lixo de 100 litros cx com 25 pacotes c/ 05 unidades	Caixa	150
69	Saco plástico para lixo de 15 litros cx com 25 pacotes c/ 05 unidades	Caixa	100
70	Vassoura de piaçava medindo 27cm	Unidade	10
71	Pano de chão de algodão medindo 60X90cm	unidade	50
72	Cesto plástico telado para lixo com capacidade para 15 litros	Unidade	10
73	Lixeira 100L redonda cor preta c/tampa CR100P jsn Injetadas em plástico polipropileno (pp), com alças ergonômicas, superfície polida.	Unidade	03
74	Escova c/cabo para vaso sanitário com suporte	Unidade	06
75	Rodo escorredor de 46cm com cabo	Unidade	10
76	Escovão de 30cm com cabo	Unidade	03
77	Luva plástica para limpeza (Par)	Unidade	20
78	Odorizador de ar 500 ml cx. c/ 12 unidade	Caixa	30
79	Flanela para limpeza pacote c/ 30 unidade medindo 28X48cm	Pacote	10
80	Multiuso limpa vidros 500 ml cx. c/12 unidade	caixa	10
81	Guardanapo de papel branco folha simples gofrada, pacote contendo 50 unidade de 23x20 cm	PCT	150
82	Balde 12l Reforçado tipo Pedreiro Medida do produto: interno 300mm x altura 280mm	Unidade	15
83	Pano de prato Atoalhado para Cozinha Felpudo medindo 45x70cm 370g/m² 100% Algodão – Sortido	Unidade	50
84	Papel Toalha pacote com 2 rolos de 180 folhas	Pacote	40
85	Inseticida cx. c/ 12 und.	Caixa	10

LOTE IV – DIVERSOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	QUANT.
86	Garrafa térmica para café com capacidade para 04 litros	Unidade	03
87	Copo tipo taça, em vidro, cap. 300 ml, Conj. C/ 6 unid.	Conj.	20
88	Extensão Reforçada Tripolar 3, Tomadas 10A 5 Metros	Unidade	10

		<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>		FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
89	Caixa de descarga c/ corda de acionamento	Unidade	05	
90	Jarra de vidro de 2L, com tampa	Unidade	10	
91	Colher em Aço Inox, cabo amadeirado kit c/ 6	Pacote	09	
92	Faca em Aço Inox, cabo amadeirado kit c/ 6	Pacote	09	
93	Garfo em Aço Inox, cabo amadeirado kit c/ 6	Pacote	09	
94	Caldeirão Industrial : 35 cm diâmetro, 37 cm altura, 30 litros, com tampa. Material: Alumínio polido, Alça em Alumínio Fundido Batido.	Unidade	02	
95	Frigideira de ferro fundido, redonda, 7 cm de altura, 38 cm de diâmetro, com 2 alças em madeira e tampa de ferro com puxador de madeira, antiaderente.	Unidade	02	
96	Fechadura Externa Polido Inox Cilindro monobloco Com Canto Arredondado em aço inox, maior segurança contra corrosão e oxidação Acabamento IP (Inox Polido)	Unidade	10	
97	Regulador para gás com mangueira de 125cm.	Unidade	02	
98	Montana p/ vaso sanitária Acoplada (compatível com modelo 6.0 LPF Deca)	Unidade	04	
99	Lâmpadas Led sobrepor	Unidade	70	
100	Drive de lâmpadas sobrepor	Unidade	70	

#### 4 – LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS:

**4.1.** A Contratada **DEVERÁ ENTREGAR** os materiais especificados neste Termo de Referência na **CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ, LOCALIZADO NA AVENIDA MARECHAL DEODORO, Nº. 1338, CENTRO, CEP: 69.960-000, FEIJÓ-ACRE, DURANTE OS DIAS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA NO HORÁRIO DAS 07H ÀS 13H.** Podendo caso queira realizar as informações pertinentes junto ao endereço eletrônico [camarafeijo@gmail.com](mailto:camarafeijo@gmail.com) ;

**4.2.** A Contratada fica obrigada a fazer a entrega em estrita conformidade com o disposto na Ordem de Entrega e Nota de Empenho e/ou outro instrumento hábil, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias**, contados da data do recebimento formal do respectivo documento;

**4.3.** A Contratada se obriga a entregar o objeto, de acordo estritamente com as especificações definidas na proposta apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatada pelo CONTRATANTE, no seu recebimento, não estarem em conformidade com as referidas especificações; nos termos do Inciso II, art. 140, da Lei 14.133/2021;

**4.4.** No ato da aceitação será formalizado TERMO DE RECEBIMENTO contendo, no mínimo, a discriminação detalhada de todos os itens integrantes do escopo de fornecimento, a relação dos testes realizados e correspondentes resultados obtidos.

#### 5 – FUNDAMENTO LEGAL:

**5.1** O presente instrumento tem por fundamento legal as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais alterações.

#### 6 – DAS VANTAGENS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

**6.1.** A aplicação do Sistema de Registro de Preços possui uma vasta gama de vantagens,



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades da Administração. Além dessa, diversas outras podem ser apresentadas;

**6.2.** A primeira delas está contida no fato da existência de facultatividade na contratação do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis;

**6.3.** Ademais, no momento de assinatura da ata, a Administração não necessita ter disponibilidade de recursos, bastando que isso ocorra apenas quando da celebração do contrato ou instrumento equivalente, garantindo-se assim uma prontidão na contratação dos fornecimentos almejados;

**6.4.** Outro fator positivo é que através da adoção do SRP evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada da atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade;

**6.5.** Assim, “a adoção do SRP determina, com absoluta certeza, flagrante economia, além de ganho em agilidade e segurança, com pleno atendimento ao princípio da eficiência, recentemente elevado a princípio constitucional da Administração Pública”. (BITTENCOURT, 2003, p. 48).

**7 – FORMA DE JULGAMENTO:**

**7.1** A licitação deverá ser pelo regime de menor preço por Item.

**8 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

**8.1** Os produtos deverão ter **OBRIGATORIAMENTE** suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como:

- Descrição completa;
- Marca;
- Quantidade;
- Unidade;

**8.2** O fornecimento dos produtos deverá ser realizado mediante ordem de entrega e empenho conforme estabelecido pela CMF.

**9 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**9.1** O Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura da respectiva ata.

**10 - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

**10.1.** A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.


**10.2.** Será admitida a prorrogação do contrato assinado decorrente dessa Ata, de acordo com as regras previstas no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que esse contrato inicial (e não a prorrogação) tenha sido assinado durante a vigência da Ata.

**11 – FORMA DE PAGAMENTO:**

**11.1** O pagamento será efetuado, de acordo com as normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil da Câmara de Feijó, mediante ordem de entrega, empenho e apresentação da Nota Fiscal preenchida com descrição clara, sem rasuras emendas e entrelinhas, devidamente atestada pelo fiscal do contrato designado pela Câmara Municipal e, também, não será permitido termo genéricos e códigos que dificultem a identificação dos produtos e marcas, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação e, acompanhada das seguintes Certidões:

a) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

c) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

e) Certidão Negativa de Débito – CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

**11.2** A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Câmara Municipal de Feijó, localizado na Avenida Marechal Deodoro, Nº. 1338, Centro, Cep: 69.960-000, Feijó-Acre, CNPJ nº 04.010.237/0001-04.

## **12 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**12.1.** No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 92, inciso V;

**12.2.** Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE;

**12.3.** O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

## **13 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**13.1** As despesas decorrentes da presente adesão correrão por conta do orçamento específico do:

**Órgão: 001 Poder Legislativo de Feijó**

**Projeto de atividade: 001 – Manutenção da Câmara Municipal de Feijó**

**Elemento de despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo**

**Unidade: 01 – Câmara Municipal de Feijó**

## **14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**14.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da contratada:

**14.2** A contratada deverá comunicar a CMF, no prazo de 24h, a existência de problemas para o fornecimento dos produtos;

**14.3** A contratada deverá fornecer os produtos conforme necessidade da CMF, mediante autorização/ordem de entrega;

**14.4** Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

**14.5** Responsabiliza-se por todos e quaisquer ônus decorrentes da execução do contrato, especialmente os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e fiscais;

**14.6** Responsabilizar-se pela fiel execução dos fornecimentos nos prazos e horários estabelecidos



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA Nº \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

pela Câmara Municipal de Feijó.

**14.7** Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

**14.8** Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

**14.9** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

**14.10** A contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, necessário à boa e perfeita realização dos fornecimentos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à contratante ou a terceiros.

**15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**15.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do contratante:

**15.2** A CONTRATANTE deverá através de Servidor da CMF ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

**15.3** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**15.4** Fiscalizar o cumprimento das obrigações, encargos sociais e trabalhistas da contratada, no que se refere a execução do contrato;

**15.5** Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

**15.6** Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) fornecimento(s) realizado fora da especificação ou não satisfatório;

**15.7** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

**16 – DA RESCISÃO:**

**16.1** A inexecução, total ou parcial, deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará à CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 138 e 139 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**17 – DAS PENALIDADES:**

**I** - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente edital, mediante competente autorização, serão aplicadas as penalidades previstas nos artigos 34 da Lei nº 14.133/21, além das sanções administrativas, garantindo sempre a ampla defesa e o contraditório;


**II** - Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no órgão emitente da Nota de Empenho, dirigida à autoridade competente até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento dos produtos;

**III** - Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado sujeitar-se-á a multa nos seguintes termos:

1 – multa de 2% (dois por cento) pelo atraso injustificado sobre o valor total do Contrato ou a Nota de Empenho, conforme o caso, e correção diária limitada a 10% (dez por cento), a saber:

a) 0,33 % ao dia, até o décimo quinto dia, incidente sobre o valor da etapa;

b) 0,66 % ao dia a partir do décimo sexto dia de atraso na execução do contrato, sem prejuízo da sanção prevista no item anterior. Ultrapassado o trigésimo dia de atraso, será o

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

contrato rescindido ou a nota de empenho cancelada;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, aplicar à contratada, sem prejuízo das demais, as seguintes sanções:

1 – advertência;

2 – multa de até 30% sobre o valor total do contrato/nota de empenho;

3 – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no item 3, onde caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, pedido de reconsideração;

5 – se o valor da multa não for recolhido pela contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente;

**IV -** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

#### **18 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTOR DA CONTRATO:**

São atribuições mínimas do Fiscal/Gestor do Contrato:

**18.1** Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

**18.2** Atestar o recebimento e a qualidade dos bens e serviços contratados, se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratual;

**18.3** Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e de execução;

**18.4** Requerer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;

**18.5** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, informando sobre as paralizações ou suspensões que ocorram no contrato;

**18.6** Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou autoridade superior eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**18.7** Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais/produtos fornecidos;

**18.8** Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e os créditos orçamentários e financeiros;


**18.9** Estabelecer, juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização;

**18.10** A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Contratante, designado pela autoridade superior, através de ato de ofício/portaria de designação de gestor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência contratual e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**19.1** Pela inexecução total ou parcial da obrigação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF:

**19.1.1** Advertência, nas hipóteses de execução irregular da obrigação, que não resulte prejuízo para

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

o serviço desta Prefeitura;

**19.1.2** Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com este Órgão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos termos da lei;

**19.1.3** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de até 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

**19.2** Caso a licitante declarada vencedora se recusa a cumprir a obrigação, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração;

**19.3** Expirado o prazo proposto para a entrega do material, sem que a adjudicada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da adjudicação;

**19.4** Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras legais.

## **20 – DO INADIMPLEMENTO:**

**20.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) = I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

**365 365**

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A compensação financeira deverá ser cobrada em nota fiscal eletrônica/fatura após a ocorrência, desde que certificada pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

## **21 – DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:**


**21.1** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado;

**PÁRAGRAFO ÚNICO:** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

## **22 – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:**

**22.1** O **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento e de seus aditamentos no DOE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21.

## **23 – DOS TRIBUTOS E DESPESAS:**

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b>  <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b></p>	<p>FOLHA Nº ____</p> <p>RÚBRICA ____</p>
--	--	--

**23.1** Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

#### **24 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**24.1** Além das exigências já citadas, poderão ser acrescentadas outras que a Câmara Municipal de Feijó achar conveniente para melhor execução deste termo e referência e do instrumento contratual, aplicando os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____
		RÚBRICA ____
<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024</b>		

**ANEXO II –**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**A Câmara Municipal de Feijó/AC**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º \_\_\_\_/2024**

**Abertura: ...../...../2024**

**Horário: .....h.....min.**

**Objeto: .....**

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado

Fone/Fax: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

Conta Corrente nº ..... Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Identificação do responsável legal da empresa: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_ Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando o **“SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (MATERIAL DE ESCRITÓRIO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE”**, conforme especificação no anexo I (Termo de Referência).

GÊNEROS NÃO PERECÍVEIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
Valor total					

GÊNEROS PERECÍVEIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
Valor total					

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$ .....( .....).**

O prazo de entrega: Conforme especificação constante no Termo de Referência.


O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Nome e assinatura do Representante Legal



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024**

**ANEXO III**  
**(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)**

**A Câmara Municipal de Feijó/AC**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2024**  
**Abertura: ...../...../2024**  
**Horário: .....h.....min.**

**Objeto:** O presente processo versa sobre: **“SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (MATERIAL DE ESCRITÓRIO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE”**, tudo conforme termo de referência Anexo I, deste Edital.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N.º \_\_\_\_\_, sediada no(a) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF N.º \_\_\_\_\_, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

**DECLARAMOS**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021”.


**I -** A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Feijó, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**II -** O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

**III -** O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**IV -** O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**V -** Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

das propostas.

**VI** - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**VII** - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

**VIII** - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**IX** - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**X** - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.


**XI** - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

**DECLARO** ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

O CNPJ DA EMPRESA

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024**

**ANEXO IV**

(Modelo de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
L/C 123/06.)

A Câmara Municipal de Feijó/AC  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2024**  
 Abertura: ...../...../2024  
 Horário: .....h.....min.

**Objeto:** O presente processo versa sobre: “**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (MATERIAL DE ESCRITÓRIO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE**”.

A Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua \_\_\_\_\_ Município de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º .....**DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

( ☐ ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

( ☐ ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006.

( ☐ ) **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

( ☐ ) **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.


**DECLARA** ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21

**DECLARA AINDA** não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado.

E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
 (Nome, cargo e CPF do Declarante) CNPJ da empresa

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA N° ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

**A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:**

- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 232, de 29/12/2023) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024**

**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2024**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e quatro, na Cidade de Feijó, Estado do Acre, na A CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ N.º 04.010.237/0001-04, com sede na Cidade de Feijó – AC, CEP: 69.960-000, neste ato representado pela Presidente, Sr<sup>a</sup>. Berlândia de Souza Lima, inscrito no CPF N.º 752.217.212-87, residente e domiciliado na Rua Francisco Ambrósio Taveira, n.º 20, Bairro: Nair Araújo, CEP: 69.960-000, na Cidade de Feijó/AC, RESOLVEM nos termos da Lei n.º 14.133/2021 - CMF, registrar os preços das empresas que sagraram-se vencedoras no certame do **Pregão Eletrônico n.º XXX/2024**, devidamente regulamentado pelo **Processo Administrativo n.º XXX/2024**, objetivando o “**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO (MATERIAL DE ESCRITÓRIO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E DIVERSOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE**”. totalizando **R\$ XXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**) da seguinte forma:


**DETENTORES:**

**01 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**PREPOSTO(A): XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CPF: xxx.XXXX.xxx-XXXXX**

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL


**Total: R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)**

1. O prazo para entrega dos produtos / prestação dos serviços, será conforme especificações no Termo de referência, e após recebimento da Nota de empenho, de acordo com requisição emitida pelo gestor da pasta, das quais constarão à data de expedição, especificação do item, quantitativos, prazo, local, preço unitário e total.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contando da data da apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração.
3. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
4. O gestor da Ata de Registro de Preços será a **Câmara Municipal de Feijó**, e o departamento de almoxarifado será responsável pela conferência das Notas Fiscais emitidas e certificadas pela Comissão de Fiscalização e Recebimento da secretaria solicitante.
5. Os prepostos das empresas acima qualificados deverão fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias.
6. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta, que não tenha participado do certame licitatório poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
10. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
11. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

12. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Estado do Acre.

12.1 O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

12.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

13. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

14. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

15. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.


b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão

deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

17. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, do que trata o art. 23, Decreto nº 11.462/2024.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

18. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

19. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, art. 35, Decreto nº 11.462/2024.

20. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

21. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis

de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e


IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

22. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

21.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

21.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

21.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

14.133/21 e legislação correlata.

21.4 A impugnação deverá ser endereçada ao presidente da Comissão de Contratação, preferencialmente via e-mail: [camarafeijo@gmail.com](mailto:camarafeijo@gmail.com) (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo presidente da Comissão de Contratação ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a CMF-AC, no horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Marechal Deodoro, 1338 - Centro – CEP: 69.960-000.

21.5 Ao receber a impugnação, o presidente da Comissão de Contratação instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

21.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o presidente da Comissão Permanente de Licitação notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.


21.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

21.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

21.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

21.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

21.11 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.11.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

21.11.2 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.11.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

21.12 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

21.13 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;


III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

21.14 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

21.15 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

21.16 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º do art. 90, da Lei 14.133/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

21.17 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

21.18 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.25 Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

21.26 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.


21.27 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

21.28 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.29 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.30 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.31 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.32 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.33 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.


21.34 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.35 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.36 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ</b> <b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	FOLHA Nº ____ RÚBRICA ____
--	---	-------------------------------

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.37 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.38 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.39 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21.40 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

21.41 Mais informações poderão ser adquiridas via e-mail: cpl

21.42 camarafeijo@gmail.com, ou ainda junto a Câmara de Feijó-AC, no horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Marechal Deodoro, 1338, Centro – CEP: 69.960-000 – Feijó-AC..

21.43 Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Feijó/AC, XX de XXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

CONTRATADAS:

\_\_\_\_\_

**CNPJ N.º:** .....

**CPF n.º:** .....

Detentor da Ata



ESTADO DO ACRE  
CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

FOLHA N° \_\_\_\_  
RÚBRICA \_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024

ANEXO VII  
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N° XXX/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 102/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA XXXXXXX - CNPJ N° XXXXXX COMO CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ/AC**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no **CNPJ N° 04.010.237/0001-04**, com sede na Cidade de Feijó – AC, CEP: 69.960-000, neste ato representado pela Presidente, Sr<sup>a</sup>. **Berlândia de Souza Lima**, inscrito no CPF N° 752.217.212-87, residente e domiciliado na Rua Francisco Ambrósio Taveira, nº 20, Bairro: Nair Araújo, CEP: 69.960-000, na Cidade de Feijó/AC, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado à empresa: **XXXXX - CNPJ N° XXXXXX**, com sede na XXXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**. Resolvem celebrar o presente instrumento contratual, decorrente do Processo Licitatório de Pregão Eletrônico SRP N° XXX/2024, Processo Administrativo N° XXX/2024, homologado e ratificado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei Federal de Licitações e Contratos N° 14.133 de 2021, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

Este contrato decorre do processo licitatório de Pregão Eletrônico SRP N° XXX/2024, processada pelas recomendações legais previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DE CONTRATO:**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de material de consumo em geral, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Feijó, em conformidade com as condições especificadas no Termo de Referência, que fazem parte do presente instrumento contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO DEMONSTRATIVO E VALOR:**

O valor do presente contrato é de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXX)** já incluídos todos os impostos, taxas, despesas e quaisquer outras que sejam pertinentes. Com valores unitários conforme tabela que se encontra abaixo.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant.	Valor Unit	Valor Total
Valor Total						

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO**

As despesas correrão por conta das seguintes dotações constante do orçamento vigente:

**Órgão: 001 Poder Legislativo de Feijó**

**Projeto de atividade: 001 – Manutenção da Câmara Municipal de Feijó**

**Elemento de despesa: 44.90.52.00.00 – Material Permanente**



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**Elemento de despesa:** 33.90.30.00.00 – Material de Consumo

**Unidade:** 01 – Câmara Municipal de Feijó

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:**

O Contrato terá a vigência até o dia XX de XXXXX de 2024, a contar da data da sua assinatura, no respectivo crédito orçamentário.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado, de acordo com as normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil da Câmara de Feijó, mediante ordem de entrega/fornecimento, empenho e apresentação da Nota Fiscal preenchida com descrição clara, sem rasuras emendas e entrelinhas, devidamente atestada pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria da Mesa Diretora e, também, não será permitido termo genéricos e códigos que dificultem a identificação dos produtos, marca, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação e, acompanhada das seguintes Certidões:

- a) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- e) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f) Certidão Negativa de Débito – CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Câmara Municipal de Feijó/AC, com sede na Av. Marechal Deodoro, nº 1338, Bairro: Centro – Feijó – Acre, CNPJ nº 04.010.237/0001-04.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os produtos deverão ser entregues em até 01(um) dia útil da solicitação e concluídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento do documento que autorize a entrega/fornecimento, sendo este, (Nota de Empenho, Ordem de Entrega/Fornecimento, etc.). O fornecimento de material de consumo, deverá ser entregue na CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ, LOCALIZADO NA AVENIDA MARECHAL DEODORO, Nº. 1338, CENTRO, CEP: 69.960-000, FEIJÓ-ACRE, DURANTE OS DIAS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA NO HORÁRIO DAS 07H ÀS 13H.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:**

Cabe à **CONTRATANTE**, a seu critério e através de seus servidores ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contratado e do comportamento do pessoal da



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

**CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

São atribuições mínimas do Fiscal/Gestor de Contrato:

- 1) Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;
- 2) Atestar o recebimento e a qualidade dos produtos/bens e serviços contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;
- 3) Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 4) Requerendo formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;
- 5) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual e informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no contrato;
- 6) Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato/e/ou Gestor de Convênio eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a Contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 7) Zelar pela fiel execução dos contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados;
- 8) Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e os prazos de vigência de convênios, se estes forem interdependentes, se o contrato for financiado com recursos de convênio;
- 9) Estabelecer, juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE**, além das obrigações previstas no Anexo I - Termo de Referência e na legislação pertinente se obriga a:

**§1º** - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

**§2º** - A Contratante exercerá a seu critério, a gestão dos serviços, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

**§3º** - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitada com terceiros, ainda que vinculadas à execução dos serviços contratados, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**§4º** - É obrigação da Contratada, documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio;

**§5º** - Fiscalizar o cumprimento das obrigações, encargos sociais e trabalhistas da Contratada, no que se refere a execução do contrato com a CMSG;

**§6º** - permitir acesso dos técnicos da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE para execução dos serviços constantes do objeto;

**§7º** - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;

**§8º** - rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do termo de referência;

**§9º** - impedir que terceiros executem os serviços objeto deste contrato;

**§10º** - solicitar que seja refeito o serviço que não atenda às especificações constantes do termo de referência;

**§11º** - disponibilizar à CONTRATADA espaço físico em suas dependências para a execução de trabalhos simples, quando necessário; e

**§12º** - Disponibilizar diariamente a Contratada os documentos por meio de e-mail ou nuvem, para que seja publicado e atualizado na ferramenta de gestão de conteúdo da Câmara Municipal de Feijó;

**§13º** - atestar as faturas correspondentes e supervisionar o fornecimento, por intermédio da Secretaria



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

Municipal de Administração ou Fiscal do CONTRATANTE;

**§14º** - Respeitar o agendamento para realização de visitas dos consultores técnicos, solicitando quando necessário com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

**§15º** - Realizar rigorosa conferência das características dos serviços prestados, pela Comissão designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços ou de parte da prestação dos serviços a que se referirem, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

**§1º** - A Contratada deverá comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 horas, a existência de problemas para a execução dos fornecimentos;

**§2º** - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

**§3º** - A Contratada deverá executar os fornecimentos conforme ordem de entrega/fornecimento previamente emitida pela CONTRATANTE;

**§4º** - manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

**§5º** - manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho no órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

**§6º** - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos móveis, e outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante o fornecimento dos produtos alvo deste contrato;

**§7º** - arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto do CONTRATANTE;

**§8º** - refazer os fornecimentos que forem rejeitados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da comunicação;

**§9º** - usar a melhor técnica possível para a execução dos fornecimentos objeto deste contrato;

**§10º** - comunicar à Secretaria de Administração ou Fiscal do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**§11º** - obter todas e quaisquer informações junto à Secretaria de Administração, Controle Interno, Finanças e Contabilidade, Comissões de Licitação e outros do CONTRATANTE necessárias à boa consecução dos trabalhos;

**§12º** - manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Além das sanções previstas no Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

I - As seguintes sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados a CONTRATANTE:

**a)** Advertência, nas hipóteses de descumprimento das obrigações previstas no TR ou no contrato que não acarretem prejuízos a CONTRATANTE ou quando ocorrer execução insatisfatória, ou, ainda, na ocorrência de pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

**b)** Multa de até 10% do valor do contrato, conforme as tabelas 1 e 2, que atribuem às infrações graus, a seguir:

**c)** Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:





**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

- c.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- c.2 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
- c.3 Não mantiver a proposta;
- c.4 Falhar gravemente na execução do contrato;
- c.5 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos e, no máximo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:**
  - d.1 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - d.2 Comportar-se de modo inidôneo;
  - d.3 Cometer fraude fiscal;
  - d.4 Fraudar na execução do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao licitante o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os valores das multas deverão ser recolhidos na Diretoria de Finanças da Câmara Municipal de Feijó, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no TR decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito por esta Instituição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO INADIMPLEMENTO**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times I = (6/100) \times I = 0,00016438$$

**365 365**

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A compensação financeira deverá ser cobrada em nota fiscal eletrônica/fatura após a ocorrência, desde que certificada pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

a) Conforme estipulado no artigo 25, §7º da Lei Federal nº 14.133/21, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

b) Após findo o prazo do contrato, se, aditivado o prazo, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

c) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



**ESTADO DO ACRE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

FOLHA N° \_\_\_\_

RÚBRICA \_\_\_\_

- d) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- e) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- f) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- g) O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da **CONTRATADA** assegurará a **CONTRATANTE** o direito de rescisão nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, a **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Nos casos omissos neste termo contratual, serão aplicados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

O foro do presente contrato será o da Comarca de Feijó/AC, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda do presente instrumento. E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Feijó/AC, XX de XXXX de 2024.

**CONTRATANTE:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
CNPJ N° 04.010.237/0001-04  
**Berlândia de Souza Lima**  
Presidente

**CONTRATADA:**  
**XXXXXXXXXX**  
CNPJ N° XXXXXXXXXXXXXXXX  
**XXXXXXXXXX**  
Proprietário